

KANT E A FILOSOFIA ANALÍTICA CONTEMPORÂNEA

KANT AND THE CONTEMPORARY ANALYTIC PHILOSOPHY

HENRIQUE JALES RIBEIRO¹

Abstract: The author studies Kant's impact on contemporary analytic philosophy and on its historiography from Frege, Russell, and Viennese logical positivism to some more recent reformulations of the Kantian problem concerning the analytic-synthetic distinction, and the possibility of the synthetic *a priori*, as is the case, among others, of Quine's and Kripke's. The reasons behind the return to Kant in analytic philosophy from the 1950s to the present (particularly what he calls "rejection *versus* acceptance of Kant") are analysed, showing how this return has focused (and it partly continues to focus) on the topicality of the above-mentioned problem and its implications.

Keywords: *a priori*, analytic philosophy, holism, Kant, Quine.

Resumo: O autor estuda o impacto de Kant na filosofia analítica contemporânea e na respetiva historiografia, desde Frege, Russell e o positivismo lógico vienense, até a algumas reformulações mais recentes do problema kantiano sobre a distinção entre o analítico e o sintético, e a possibilidade do sintético *a priori*, como é o caso, entre outras, da de Quine e da de Kripke. Discute as razões que estão na origem do retorno a Kant na filosofia analítica desde os anos cin-

Résumé: L'auteur étudie l'impact de Kant sur la philosophie analytique contemporaine et sur son historiographie depuis Frege, Russell et le positivisme logique viennois jusqu'à des reformulations plus récentes du problème kantien en ce qui concerne la dichotomie analytique-synthétique, et la possibilité du synthétique *a priori*, comme c'est le cas, entre autres, de ceux de Quine et de Kripke. Il examine ainsi les raisons qui sont à l'origine du retour à Kant dans la

¹ Professor associado, com agregação, do departamento de Filosofia, Comunicação e Informação, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Portugal. Email: jalesribeiro@gmail.com ORCID: 0000-0002-9272-940X.

Este artigo atualiza e desenvolve, amplamente, um texto que foi publicado na *Revista Filosófica de Coimbra*, já lá vão mais de quinze anos (veja-se nº 26, 2004, pp. 393-409). Não teríamos retomado esse texto se a problemática em causa não continuasse a ser da maior importância, hoje em dia, e a nossa interpretação, por sua vez, não fosse (modéstia à parte) muito pertinente e original.

quenta do século passado até aos nossos dias (particularmente do que chama “rejeição *versus* aceitação de Kant”), e mostra que esse retorno se centrou (e em parte continua a centrar-se) na atualidade do problema referido e das respetivas implicações.

Palavras-chave: *a priori*, filosofia analítica, holismo, Kant, Quine.

philosophie analytique depuis les années cinquante du XXe siècle jusqu’à aujourd’hui (en spécial ce qu’il appelle “le rejet *versus* l’acceptation de Kant”), et montre que ce retour s’est concentré (et en partie continue à se concentrer) sur l’actualité du problème mentionné ci-dessus et ses implications.

Mots-clés: *a priori*, holisme, Kant, philosophie analytique, Quine.

The semantic tradition may be defined by its problem, its enemy, its goal, and its strategy. Its problem was the *a priori*; its enemy, Kant’s pure intuition; its purpose, to develop a conception of the *a priori* in which pure intuition played no role; its strategy, to base that theory on a development of semantics.

A. Coffa, *The Semantic Tradition from Kant to Carnap*.

1. Introdução: o retorno a Kant

No último quartel do século XX, a historiografia sobre a filosofia analítica evocou frequentemente e com alguma insistência a influência de Kant neste ou naquele filósofo contemporâneo ou nesta ou naquela problemática analítica privilegiada, à revelia, muitas vezes, dos autores comentados, quando não das próprias interpretações analíticas tradicionais e mais ou menos “oficiais” a respeito dessa influência.² Na perspetiva destas últimas, a rejeição da filosofia de Kant (e, portanto, da sua influência) é uma consequência natural da rejeição analítica quer do fundacionalismo da *Crítica da razão pura* quer da problemática caracteristicamente epistemológica desse livro e da sua expressão na filosofia da linguagem e na filosofia da ciência contemporâ-

² Veja-se A. P. Martinich & David Sosa (eds.), *A Companion to Analytic Philosophy* (Oxford: Blackwell Publishers, 2001); Barry Dainton & Howard Robinson (eds.), *The Bloomsbury Companion to Analytic Philosophy* (London/New York: Bloomsbury Academic, 2014); Hans-Johann Glock, *What is Analytic Philosophy?* (Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2008). Do que se trata, neste artigo, é fundamentalmente de filosofia analítica. É por isso que a nossa postura e metodologia de investigação são muito diferentes das de outras abordagens da influência de Kant na filosofia contemporânea de maneira geral. Veja-se, em sentido diverso, Alain Renaut, *Kant aujourd’hui* (Paris: Aubier, 1997), particularmente 107ss.

neas, e, em particular, da atualidade da teoria kantiana sobre a distinção entre o analítico e o sintético, e a possibilidade do sintético *a priori*, para uma teoria sistemática da significação que unificaria esses domínios. Essa rejeição remonta, mais ou menos remotamente, a Frege e a Russell (logo nos finais do século XIX—inícios do século XX) e ao positivismo lógico vienezese, e tem como base, nesses autores e correntes, a oposição ao (suposto) psicologismo de Kant, despertada pelo surgimento e desenvolvimento das geometrias não euclidianas e, em matéria de filosofia da ciência, pelo convencionalismo. Mas, por outro lado e em contraste, a historiografia mais recente da filosofia analítica³, sugere claramente a existência de uma continuidade mais ou menos essencial entre a problemática kantiana referida, e, de maneira geral, o fundacionalismo kantiano, e a problemática das diferentes vertentes do movimento analítico desde as suas origens até aos nossos dias, a qual ocorreria justamente a despeito dessa reiterada rejeição da atualidade da filosofia de Kant, quer dizer, sem que os filósofos analíticos tivessem necessariamente consciência dela. Pode-se ser finalmente, pois, kantiano, muito embora se proclame por escrito e em parangonas, como Russell começou por fazer em *Os princípios da matemática*, na sequência de Frege, que se é antikantiano⁴.

Deste último ponto de vista, do que se trata, desde logo, é de um retorno não inteiramente assumido a Kant ou a certos aspetos fundamentais da sua filosofia reequacionados à luz da problemática analítica contemporânea; e, depois, na medida em que esse retorno significa um regresso às orientações epistemológicas mais ou menos espúrias da filosofia kantiana, do que se trata para essa historiografia, no fundo, é de fazer um diagnóstico e a devida consciencialização das razões que terão conduzido ao fracasso aparente das soluções analíticas contemporâneas a respeito da teoria da significação, e, em última análise, da própria filosofia analítica de maneira geral. Como Rorty dirá, em jeito de balanço final e provocadoramente:

³ Veja-se Alberto Coffa, “Le positivisme logique, la tradition sémantique et l’a priori”, in: *Le Cercle de Vienne: doctrines et controverses*, ed. J. Sebestik & A. Soulez (Paris: Klincksieck, 1986); Alberto Coffa, *The Semantic Tradition from Kant to Carnap: To the Vienna Station* (Cambridge: Cambridge University Press, 1995); Richard Rorty, *A filosofia e o espelho da natureza*, trad. Jorge Pires (Lisboa: Pub. Dom Quixote, 1988); Michael Friedman, “Philosophy and the Exact Sciences: Logical Positivism as a Case Study”, in: *Inference, Explanation, and other Frustrations: Essays in the Philosophy of Science*, ed. J. Earman (Berkeley/Los Angeles/Oxford: University of California Press, 1992), 84-98; Michael Friedman, “The History of Science and the History of Philosophy”, in: *World Changes: Thomas Kuhn and the Nature of Science*, ed. P. Horwich (Cambridge-Massachusetts/London: The MIT Press, 1993).

⁴ Veja-se Bertrand Russell, *The Principles of Mathematics* (London: Routledge, 1992), 456ss.

A ‘filosofia analítica’ é mais uma variante da filosofia kantiana, uma variante marcada principalmente pela consideração da representação como mais linguística do que mental, e da filosofia da linguagem em detrimento da ‘crítica transcendental’, ou da psicologia, como a disciplina que exhibe os ‘fundamentos do conhecimento’. Esta tónica na linguagem (...) não altera a essência da problemática cartesiana-kantiana, e não confere verdadeiramente uma nova imagem de si mesma à filosofia. Porque a filosofia analítica [tal como Kant] está ainda empenhada na construção de um quadro permanente e neutro para o inquérito e, por conseguinte, para o resto da cultura⁵.

(Foram textos como este, que acabei de citar, que muito perturbaram, na altura, os filósofos analíticos norte-americanos, conduzindo, *à la longue*, a uma revolução silenciosa no âmbito da filosofia analítica e da respetiva historiografia oficial.)

Este retorno a Kant parece ser determinado não só pela necessidade de fazer um diagnóstico do suposto falhanço da filosofia analítica em matéria de teoria da significação, mas, sobretudo e como acabei de referir, de perspetivar a filosofia analítica ela mesma na história da filosofia, e na história da filosofia analítica em especial, em contraste com uma bem conhecida orientação claramente anistórica da mesma no passado, cujo carácter nefasto agora se verbera geralmente de forma explícita. Ocupei-me desse assunto, já lá vão quase vinte anos, num pequeno livro intitulado *Para compreender a história da filosofia analítica*⁶. É claro que reencontrando Kant nas origens mais ou menos remotas dos seus próprios problemas essenciais, a história da filosofia analítica reencontra a história da filosofia ocidental de maneira geral e, em particular, a da “filosofia continental”, sem por isso mesmo perder em autonomia e especificidade, porque um tal reencontro se dará justamente, e não por acaso, com o que de pernicioso ou funesto haverá nesta última e que se pretende agora diagnosticar; no caso, como dirá Coffa na mesma linha de Rorty, as “negligências” e “confusões” do idealismo kantiano⁷. O facto de a história da filosofia aparecer claramente como o centro de um debate possível, redentor, entre os filósofos analíticos a respeito de um tal diagnóstico, implica, para além desse divórcio entre duas tradições distintas que fica lamentavelmente por discutir, não só a mera intenção de repensar historicamente pela primeira vez a problemática analítica em geral em ordem a alcançar uma superação das dificuldades atuais, mas, outrossim, a conceção de acordo com a qual a história da filosofia constitui um instru-

⁵ Veja-se Rorty, *A filosofia*, 19.

⁶ Henrique J. Ribeiro, *Para compreender a história da filosofia analítica* (Coimbra: MinervaCoimbra, 2001).

⁷ Coffa, *The Semantic*, 20-21.

mento essencial de legitimação do que se compreende, mais ou menos diversamente consoante os casos, como prática analítica ideal⁸. É que essa história, quando devidamente reconstruída e reorientada para o estudo do movimento analítico considerado no seu conjunto, pode constituir um esteio privilegiado do desenvolvimento programático e sistemático do próprio pensamento analítico (ou do pensamento filosófico em geral), que era suposto, anteriormente, poder ser considerado em si mesmo e independentemente dela. Neste sentido, a historiografia analítica contemporânea vai ao encontro de certas orientações fundamentais na matéria propostas nos anos setenta por alguns filósofos de relevo, como M. Dummett e R. Rorty, que, significativamente, foram os primeiros a denunciar, na época, o carácter marcadamente anistórico da historiografia analítica tradicional⁹. A história da filosofia aparece-nos, assim, como o instrumento fundamental de legitimação da própria filosofia analítica, como, mais uma vez, nos mostra o exemplo do autor de *A filosofia e o espelho da natureza* (que começou por ser excluído dessa filosofia após a publicação do livro mencionado, para, alguns anos depois, vir a aí ser reintegrado triunfalmente).

2. O anátema de Kant na história da filosofia analítica: de Frege e de Russell a Quine

É fundamentalmente ao logicismo de Russell, no princípio do século XX, que nós devemos o essencial das críticas a Kant por parte do movimento analítico posterior, nomeadamente, a posição oficial do positivismo lógico vienense na matéria a partir do final dos anos vinte. Sem dúvida, G. Frege tinha sido anteriormente um crítico severo de Kant numa série de aspetos fundamentais que Russell subscreverá, nomeadamente a rejeição do psicologismo kantiano e a noção de sintético *a priori*¹⁰. E, deste ponto de vista, terá sido ele, sobretudo, que introduziu o essencial da postura antikaniana que virá a ser adotada pela filosofia analítica¹¹. Mas a obra de Frege,

⁸ Veja-se Ribeiro, *Para compreender*, cap. 1.

⁹ Veja-se Michael Dummett, *Frege: Philosophy of Language* (London: Worcester, 1981); Michael Dummett, *Les origines de la philosophie analytique* (Paris: Gallimard, 1991); Rorty, *A filosofia*; e Henrique J. Ribeiro, “O fim da filosofia da ciência na história da filosofia analítica”, *Revista Portuguesa de Filosofia* LIV, 3-4 (1998): 395-428.

¹⁰ Gottlob Frege, *Os fundamentos da aritmética.*, trad. A. Zilhão (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992), 48ss.; 58ss.

¹¹ Cf. Willard van O. Quine, “Carnap and Logical Truth”, in: *The Ways of Paradox and Other Essays* (Cambridge-Massachusetts/London: Harvard University Press, 1994), 107 e 111.

com raras exceções (como Wittgenstein, Carnap ou Quine), só parece ter sido conhecida inicialmente no movimento analítico, e entre os positivistas lógicos vienenses sobretudo, através da interpretação do próprio Russell¹². O mesmo poderia dizer-se quanto à filosofia analítica de maneira geral até aos anos sessenta¹³. Mais importante do que a influência de Frege sobre os positivistas, neste aspeto, importaria talvez salientar, na sequência de R. Haller e de outros¹⁴, a influência de uma certa tradição de pensamento filosófico austríaco na última metade do século XIX, que, de B. Bolzano a F. Brentano, procedeu a uma crítica sistemática de certos aspetos fundamentais da filosofia kantiana. Mas também aqui, significativamente no que à influência de Russell diz respeito, as referências textuais ou explícitas a uma tal tradição entre os positivistas são escassas ou praticamente não existentes¹⁵, como começam por mostrar, logo à partida, o manifesto do “Círculo de Viena” e outros textos de O. Neurath (apresentados em congressos internacionais no início dos anos trinta do século passado)¹⁶.

Trata-se, com Russell, da crítica resultante do nascimento do logicismo, quer dizer, da tese da redução da matemática à lógica (ou da ideia de que todos os conceitos e operações fundamentais da matemática podem ser deduzidos e explicados com a ajuda apenas dos princípios da lógica), que esse autor começou por apresentar em *Os princípios da matemática*¹⁷. Essa crítica conduz a uma tese complementar, mas igualmente essencial, que consiste, no caso do autor da obra citada e durante algum tempo pelo menos, na rejeição de todo o interesse epistemológico para a nova filosofia da lógica e da matemática (incluindo não apenas o interesse tradicional pelo problema da origem e justificação do conhecimento, mas também a filosofia da ciência propriamente dita). É aparentemente isso mesmo que atestam as suas hesitações quanto ao estatuto que a física terá para uma tal filosofia (logicismo) na “Introdução” a *Os princípios da matemática*. O problema, quanto a esse estatuto, é regressar ou não regressar a Kant e à ideia de que a física é o enquadramento fundamental para a questão kantiana de saber “O que é que eu

¹² Veja-se Russell, *The Principles*, 501ss.

¹³ Veja-se Dummett, *Les origines*, 179ss.

¹⁴ Rudolf Haller, *Questions on Wittgenstein* (London: Routledge, 1988), 3ss.; Kevin Mulligan, “Sur l’histoire de l’approche analytique de l’histoire de la philosophie (de Bolzano e Brentano à Bennett e Barnes)”, in: *Philosophie analytique et histoire de la philosophie*, ed. Jean-Michel Vienne (Paris: Vrin, 1997), 75ss.

¹⁵ Veja-se Henrique J. Ribeiro, “The Present Relevance of Bertrand Russell’s Criticism of Logical Positivism”, *Revista Portuguesa de Filosofia* LV, 4 (1999), 427-458.

¹⁶ Veja-se Otto Neurath, *Le développement du Cercle de Vienne et l’avenir de l’empirisme logique*, trad. G. Vouillemin (Paris: Hermann & Co., 1935); e outros textos reunidos em Otto Neurath, *Empiricism and Sociology* (Dordrecht/Boston: Reidel Publishing Co., 1973).

¹⁷ Russell, *The Principles*, XXss.

posso conhecer?”, particularmente na “Analítica transcendental” da *Crítica da razão pura*. (Russell, como é sabido, virá a abandonar esta postura anti-epistemológica quando, particularmente na sequência dos seus primeiros encontros com Wittgenstein pouco tempo depois de este chegar a Inglaterra, se começou a ocupar do problema das fundações da própria lógica com a filosofia do chamado “atomismo lógico”)¹⁸.

Um aspeto crucial desta refutação logicista de Kant, é a ideia de que o sujeito tem um papel fundamental no “ato do conhecimento” e, portanto, de que o objeto de conhecimento é sempre condicionado pelo sujeito, às quais Russell opõe a sua própria concepção platónico-realista das proposições e de um conhecimento direto das mesmas¹⁹. “(...) knowledge now appears – como dirá um prestigiado comentador²⁰ – as merely our access to what we know, not as constitutive of it.” É a refutação dessa ideia de Kant, finalmente, que conduz à rejeição da noção kantiana de síntese *a priori*, e de todo o aparato conceptual psicologista da *Crítica da razão pura*. Uma vez combinada com a influência de Wittgenstein, como já se disse, vamos encontrar o essencial desta crítica a Kant, sobretudo a respeito da noção de síntese, no positivismo lógico dos anos trinta, com Carnap, Schlick, Reichenbach e outros. É nesta altura que aparece a bandeira antikantiana do movimento analítico de maneira geral (mas não, quanto a esse movimento, sem algumas exceções de relevo, como é o caso, de certos autores da filosofia inglesa [a chamada “English ordinary language philosophy”] nos anos sessenta e setenta do século passado).

Agora, a verdade é que o próprio Russell, antes da emergência do logicismo na sua filosofia, quer dizer, antes de *Os princípios da matemática*, subscreveu expressamente certos aspetos fundamentais da filosofia de Kant,

¹⁸ O problema, para Russell em *The Principles*, consiste em saber como integrar a mecânica de Newton no logicismo, ou de como reduzi-la à lógica, a exemplo da matemática de maneira geral. Esse problema persiste ainda para o Russell que é co-autor (com A. N. Whitehead) de os *Principia Mathematica* (1910-1913, três volumes), uma vez que o volume dedicado à física (o quarto) nunca chegou a ser acabado e publicado (veja-se Bertrand Russell and Alfred N. Whitehead, *Principia Mathematica* (Cambridge: Cambridge University Press, 1910-1913), vols. I, II e III). Agora, o impacto das críticas de Wittgenstein ao seu trabalho (por volta de 1911-1912), levou-o, como mostrámos noutra lado, a confrontar-se com a questão das fundações da lógica (a que aludimos no corpo do texto) e a ocupar-se não tanto de filosofia da ciência mas da teoria do conhecimento propriamente dita (veja-se Ribeiro, *Para compreender*). Em rigor, Russell só virá a ocupar-se de “filosofia da ciência” em 1927, no livro *The Analysis of Matter* (veja-se nota 23).

¹⁹ Russell, *The Principles*, 33ss.

²⁰ Veja-se Peter Hylton, “Logic in Russell’s Logicism”, in: *The Analytic Tradition: Meaning, Thought, and Knowledge*, ed. D. Bell/N. Cooper (Cambridge-Massachusetts: Basil Blackwell, 1990) 145.

em particular no que concerne ao problema da fundação da geometria²¹, como ele próprio reconhecerá posteriormente²², e que, mesmo depois dessa emergência, mais precisamente a partir dos meados dos anos vinte (terminada que foi a fase de transição da sua filosofia a que aludi num parágrafo anterior), foi tendencialmente levado a fazê-lo, sobretudo a propósito do problema da justificação da indução²³. Por outro lado, o impacto da filosofia de Wittgenstein em geral nessa época e na sua própria filosofia em especial²⁴, parece ter criado as condições para a emergência da tese do positivismo lógico a respeito da existência de dois tipos fundamentais de enunciados (os tautológicos e os empíricos ou sintéticos), que recoloca em novos termos os problemas kantianos da fundação da ciência e, particularmente, da distinção entre o analítico e o sintético, sem necessariamente lhes tirar pertinência e alcance epistemológicos²⁵, uma vez que a matemática e a física para os positivistas, sob outra forma é claro, continuam a ter, de facto, o mesmo papel privilegiado que tinham para Kant na justificação da possibilidade da nossa “experiência em geral”, e a reformulação positivista dessa distinção não resolve o problema de Kant. Esta é uma conclusão essencial de alguns autores²⁶, que retomaremos na secção seguinte. Ou seja, embora tenham partido oficialmente, no início dos anos trinta, na sequência de Frege e de Russell, e particularmente do *Tractatus* de Wittgenstein, de uma rejeição declarada das teses de Kant a respeito da possibilidade do sintético *a priori*, os positivistas lógicos reencontraram, por fim, os mesmos termos fundamentais do problema de Kant, e isso terá acontecido justamente porque aceitaram, de maneira geral, certos pressupostos do posicionamento desse problema que dizem respeito à relação da filosofia com a matemática e a física. Por outras palavras e como já foi dito a propósito de Russell, regressaram explicitamente, sem o reconhecer, à questão kantiana de saber “O que é que eu posso conhecer?”, que era para eles e para todos os efeitos pôr o diabo na cruz.

O legado antikantiano de Frege e de Russell, em particular, essa vertente anti-epistemológica da filosofia da lógica e da matemática deste último, bem como, seguramente, a concomitante repulsa anti-psicologista pela teoria do

²¹ Veja-se Bertrand Russell, *An Essay on the Foundations of Geometry* (Cambridge: Cambridge University Press, 1897).

²² Bertrand Russell, *My Philosophical Development* (London: George Allen and Unwin, 1959), 37ss.

²³ Bertrand Russell, *The Analysis of Matter* (London: Routledge, 1992), 187ss; Bertrand Russell, *Human Knowledge: Its Scope and Limits* (London: Allen and Unwin, 1966), 451ss.

²⁴ Veja-se Ludwig Wittgenstein, *Tractatus Logico-Philosophicus, with an Introduction by Bertrand Russell* (London: Kegan Paul, 1932), 7-23.

²⁵ Veja-se Elisabeth R. Eames, *Bertrand Russell's Dialogue with his Contemporaries* (Carbondale and Edwardsville: Southern Illinois University Press, 1989), 166-167.

²⁶ Friedman, “Philosophy”, 94-96; Friedman, “The History”, 50ss.

conhecimento, passaram do positivismo lógico vienense para a filosofia analítica inglesa dos anos cinquenta e sessenta nas suas diferentes vertentes, e, em parte (com as reservas já mencionadas), para a chamada “filosofia da linguagem corrente”²⁷. Mas, significativamente, os mesmos pressupostos epistemológicos fundacionalistas do problema de Kant que levaram os positivistas a atribuir um caráter paradigmático ao estatuto da linguagem da física matemática como quadro regulador e ordenador da experiência em geral, conduziram veladamente os filósofos ingleses, por sua vez, a reintroduzir esse problema sob a forma da relação da linguagem corrente com o mundo, como se análise lógica daquela (linguagem), como advertirá M. Black desde os anos quarenta, não bastasse para atingir os seus objetivos essenciais em matéria de filosofia da linguagem²⁸. Do lado oposto ao de Black no conflito de interpretações sobre o assunto ocorrido no princípio dos anos sessenta, A. J. Ayer distanciar-se-á da “filosofia linguística” e apelará indiretamente para um retorno a Kant em ordem a repensar em novos termos essa relação entre a linguagem e o mundo²⁹; e P. Strawson, de forma independente, subscreverá explicitamente um tal apelo com a sua conceção de uma “metafísica descritiva” isenta do psicologismo kantiano³⁰. Na historiografia analítica, por sua vez, D. Pears reintroduz a problemática kantiana a propósito de Wittgenstein e do *Tractatus* em particular; problemática essa que virá a ser retomada explicitamente por vários autores no último quartel do século XX, como é o caso, proeminentemente, de J. Hintikka. Kant não era mais uma ficção inocente característica da “filosofia continental” adversária, a abater, mas uma realidade própria, intrínseca, do movimento analítico inglês e dos seus temas filosóficos³¹. Entretanto, no princípio dos anos cinquenta Quine tinha já sugerido, embora sem grande impacto na altura (precisamente porque se tratava de uma simples sugestão), que a teoria da significação do positivismo lógico de maneira geral (quer na sua fase vienense quer na americana) não fazia mais, sem o saber, do que retomar sob outra forma, sem o solucionar,

²⁷ Veja-se Richard Rorty (ed.), *The Linguistic Turn: Recent Essays in Philosophical Method* (Chicago/London: The University of Chicago Press, 1975), 38-39.

²⁸ Veja-se Max Black, “Russell’s Philosophy of Language”, in: *The Philosophy of Bertrand Russell*, ed. P. A. Schilpp (La Salle-Illinois: Open Court, 1989), 254-255; Max Black, “Language and Reality”, in: *Clarity is not Enough: Essays on Criticism of Linguistic Philosophy*, ed. H. D. Lewis (London: George Allen and Unwin, 1963), 182-184.

²⁹ Alfred Jules Ayer, *The Concept of a Person and Other Essays* (London/New York: MacMillan/St. Martin Press, 1969), 32ss.

³⁰ Peter Strawson, *Individuals: An Essay in Descriptive Metaphysics* (London: Methuen, 1959); Peter Strawson, *Analysis and Metaphysics: An Introduction to Philosophy* (Oxford: Oxford University Press, 1992), 52-53. Sobre a relação entre Strawson e Kant, veja-se Hans-Johann Glock, *Strawson and Kant* (Oxford: Clarendon Press, 2003).

³¹ Cf. Rorty, *The Linguistic*, 17.

o problema kantiano da distinção entre o analítico e o sintético³². Estava aberto o caminho para o retorno expresso e declarado a Kant na filosofia analítica contemporânea.

3. Testemunhos historiográficos: quatro vertentes da rejeição *versus* aceitação de Kant

Um dos testemunhos historiográficos mais notáveis do retorno a Kant por parte da filosofia analítica contemporânea é, sem dúvida, o livro (póstumo a em grande parte inacabado) de A. Coffa *A tradição semântica de Kant a Carnap*, já aqui referido. A “tradição semântica”, para o autor, é a tradição do debate filosófico pós-kantiano sobre o problema da distinção entre o analítico e o sintético, e a possibilidade do sintético *a priori*; é uma tradição que, de Bolzano e Brentano ao positivismo lógico vienense, passando por Frege, Russell e algumas investigações em matéria de filosofia da ciência (H. v. Helmholtz, H. Poincaré e P. Duhem, por exemplo) e de fundações da matemática (D. Hilbert, I. Brower, nomeadamente), não aceita a solução de Kant para esse problema e está interessada em resolvê-lo ela própria num quadro semântico ou tendencialmente semântico. Mais geralmente, os filósofos da tradição semântica pensam que é num tal quadro que é possível renovar toda uma problemática epistemológica deixada por Kant num estado de grande desordem e de confusão³³. Mas as conclusões do próprio Coffa a respeito dessa renovação, que ele antecipa desde a introdução ao seu livro, são basicamente pessimistas: para ele, o empirismo dos positivistas é hostil à significação, senão mesmo “tem horror à significação”; incapazes de tratar o problema da significação de acordo com as suas premissas empiristas, os positivistas adotaram finalmente o idealismo “ficando sem a significação”³⁴. É uma conclusão que vai ao encontro de certos textos de Quine a partir dos anos cinquenta, como é o caso de “O mito da significação”³⁵.

Uma interpretação similar quanto ao papel de Kant no desenvolvimento da filosofia analítica encontra-se, também no princípio dos anos noventa, em

³² Willard van O. Quine, “Two Dogmas of Empiricism: Empiricism Without Dogmas”, in: *From a Logical Point of View: Nine Logico-Philosophical Essays* (Cambridge-Massachusetts: Harvard University Press, 1994), 20-21.

³³ Coffa, *The Semantic*, 20-21.

³⁴ Coffa, *The Semantic*, 3.

³⁵ Willard van O. Quine, “Le mythe de la signification”, in: Jean Wahl *et al.*, *La philosophie analytique* (Paris: Editions de Minuit), 139-169.

J. Katz, *A metafísica da significação*³⁶. Mas alguns anos antes, em França, a mesma perspectiva essencial quanto a esse papel tinha já sido apresentada por J. Proust, em *Questões de forma: lógica e proposição analítica de Kant a Carnap*³⁷. Em Portugal, por exemplo, ela foi sugerida, por A. Melo em “As questões externas/internas segundo Carnap”³⁸. Como já se sugeriu e se verá mais adiante, todos estes testemunhos historiográficos só podem ser verdadeiramente compreendidos no contexto de certos posicionamentos meta-históricos e metafilosóficos sobre o problema kantiano da distinção entre o analítico e o sintético, e da possibilidade do sintético *a priori*, como o de W. O. Quine no início dos anos cinquenta com o conhecido trabalho, já aqui referido, “Dois dogmas do empirismo”³⁹. Na verdade, Quine é um dos principais responsáveis pelo retorno da historiografia analítica a Kant, lançando, talvez involuntariamente ou sem o saber, a agenda desta sobre o assunto cerca de vinte a trinta anos mais tarde, como é o caso de Richard Rorty em *A filosofia e o espelho da natureza*.

Uma outra vertente (absolutamente central) da influência de Kant na filosofia analítica contemporânea, e em particular no positivismo lógico viennense, é a conceção kantiana da relação entre ciência e filosofia. J. T. Desanti tinha sugerido nos anos setenta que existe um sentido mais ou menos óbvio em que toda a “filosofia da ciência” é originariamente kantiana, e que é aquele na perspectiva do qual

Le philosophe de la science a pour tâche de remettre en chantier les énoncés de statut scientifique en les reproduisant dans ce lieu ‘transcendental’ où demeure le secret de leur ultime constitution. La ‘philosophie des sciences’ apparaît alors comme une tâche spécifique et qu’on ne saurait confondre sans dommage avec l’œuvre de la science. Dans la division technique du travail intellectuel, apparaît alors une nouvelle espèce de ‘producteur’. Quelqu’un qui, n’ayant à la rigueur jamais produit un énoncé de caractère scientifique, se reconnaît cependant le pouvoir de leur reproduire en leur fondement premier⁴⁰.

Mas mais decisivamente, tal como acontece no sistema kantiano, na medida em que a matemática e a física têm um estatuto privilegiado na justi-

³⁶ Jerrold Katz, *The Metaphysics of Meaning* (Cambridge-Massachusetts/London: The MIT Press, 1990).

³⁷ Joëlle Proust, *Questions de forme: logique et proposition analytique de Kant à Carnap* (Paris: Fayard, 1986).

³⁸ Adélio Melo, “As questões externas/internas segundo Carnap”, *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* 5-6 (1989), 1-38.

³⁹ Quine, “Two Dogmas”.

⁴⁰ Jean T. Desanti, *La philosophie silencieuse: ou critique des philosophies de la science* (Paris: Seuil, 1975), 21.

ificação da possibilidade do conhecimento em geral, aí incluindo os próprios enunciados filosóficos, e esse estatuto se manifesta através do seu papel regulador e estruturador da experiência em geral, a filosofia das ciências contemporânea aparece, no fundo, como um longo desenvolvimento de certas perspectivas essenciais de Kant na *Crítica da razão pura*. É isso que Popper reconhece explicitamente a respeito da sua própria filosofia⁴¹, a começar por *A lógica da descoberta científica* (livro publicado, em alemão, em 1935), e que acontecerá (desta feita sem o reconhecerem ou admitirem) com os positivistas lógicos (R. Carnap, M. Schlick, H. Reichenbach, e outros) segundo M. Friedman, muito embora estes tenham (como se disse) rejeitado de forma expressa qualquer tipo de assimilação a Kant:

(...) the logical positivists are in clear agreement with Kant about the paradigmatic status of mathematics and mathematical physics as exemplars of objective and rational knowledge. Further, the positivists also agree with Kant on the underlying reason for this privileged status. Mathematics and mathematical physics are paradigmatic of objectivity and rationality because it is only by ordering, interpreting, and structuring our sensory perceptions within a rigorous mathematical framework that we can first ‘objectify’ them – that is, transform them from mere *appearance* into objective *experience*⁴².

A relação com Kant, tal como a estabelece geralmente Friedman na passagem anteriormente citada, constituiu o pretexto fundamental neste últimos anos, da parte desse autor e de A. Richardson,⁴³ para o desenvolvimento dos estudos sobre a relação mais geral entre o neokantismo alemão do princípio deste século (E. Cassirer e outros) e o positivismo lógico vienense nas suas etapas iniciais, particularmente, Carnap e o famoso livro *A estrutura lógica do mundo*⁴⁴. Mas, falando de neokantismo, de novo é de Kant que fundamentalmente se trata em última análise, na medida em que o cerne da influência em questão para esses autores, em contraste com certas interpretações tradicionais que insistiam na relação entre o positivismo lógico e o atomismo lógico de Russell, será o problema da objetividade da ciência empírica, acima mencionado, e, de maneira geral, o apriorismo característico de um empre-

⁴¹ Veja-se Karl Popper, *The Logic of Scientific Discovery* (London: Hutchinson, 1959); e Karl Popper, *Les deux problèmes fondamentaux de la théorie de la connaissance* (Paris: Hermann, 1999).

⁴² Michael Friedman, “Philosophy”, 89.

⁴³ Veja-se Michael Friedman, *Reconsidering Logical Positivism* (Cambridge: Cambridge University Press, 1999); e Alan Richardson, *Carnap’s Construction of the World* (Cambridge: Cambridge University Press, 1998).

⁴⁴ Veja-se Rudolf Carnap, *The Logical Structure of the World: Pseudo-Problems in Philosophy*, trad. R. A. George (London: Routledge and Kegan Paul, 1967).

endimento de justificação que, como a “experiência possível” da “Analítica transcendental” da *Crítica da razão pura*⁴⁵, parece sugerir a possibilidade essencial de uma epistemologia *a priori* e isenta, idealmente, de pressupostos e implicações psicológicas e ontológicas⁴⁶. Quanto a essa possibilidade: foi o que precisamente sugeriu E. Cassirer a propósito da relevância de Kant e do kantismo para a matemática no início do século XX: o (suposto) psicologismo de Kant a respeito da geometria euclidiana é precisamente isso – *suposto*, como, de resto, os defensores dessa geometria alegaram perante o surgimento das geometrias não euclidianas (como é o caso de Russell, que estudaremos a seguir, em *Um ensaio sobre as fundações da geometria*). Desta vertente dos estudos kantianos e neokantianos há certamente ainda muito a esperar; e eu próprio dei (ou presumo ter dado) um contributo para ela⁴⁷.

O surgimento e desenvolvimento das geometrias não euclidianas, como se sugeriu, provocou uma verdadeira catástrofe para aqueles que, como Russell nos finais do século XIX, pretendiam salvar o que era ainda possível salvar da geometria de Euclides. Salvar uma tal geometria significava, em última análise, salvar ou reabilitar Kant e uma boa parte da física teórica, que, antes do aparecimento da teoria da relatividade de Einstein, assentava fundamentalmente nos *Philosophiae Naturalis Principia Mathematica*, de Newton. O suposto psicologismo do autor da *Crítica da razão pura* não constituía um verdadeiro problema, como Cassirer virá a alegar⁴⁸. Por outro lado, a ausência do convencionalismo, ou da ideia de que os axiomas da geometria são escolhidos por livre acordo entre os cientistas uma vez garantida a sua interpretação ou aplicação ao mundo da experiência através deste ou daquele tipo de regras, também não parecia ser problemática. (Poincaré, em França, no princípio do século XX, virá a mostrar precisamente o contrário.)⁴⁹ Era possível, apesar de tudo, manter a ideia euclidiana da geometria como um sistema axiomático-dedutivo, sem subscrever a de que eles são justificados através da intuição. A questão, quanto a Kant, punha-se fundamentalmente a respeito da conceção de que o espaço (como o tempo) é uma forma *a priori*

⁴⁵ Immanuel Kant, *Crítica da razão pura*, trad. de A. Morujão (Lisboa: Fundação C. Gulbenkian, 1989), 193-194.

⁴⁶ Veja-se Richardson, *Carnap's Construction*, 25-26; e Friedman, *Reconsidering*, 5.

⁴⁷ Henrique J. Ribeiro, “From Russell’s Logical Atomism to Carnap’s *Aufbau*: Reinterpreting the Classic and Modern Theories on the Subject”, in: *John von Neumann and the Foundations of Quantum Physics*, ed. Miklós Rédei & Michael Stöltzner (Dordrecht/Boston/London: Kluwer Academic Publishers, 2001), 305-318.

⁴⁸ Ernst Cassirer, “Kant und die moderne Mathematik”, *Kant-Studien* 12 (1907), 1-40. Sobre Cassirer e o enquadramento neokantiano das interpretações de Kant, veja-se Michael Friedman, *A Parting of the Ways: Carnap, Cassirer, and Heidegger* (Peru [Illinois]: Open Court, 2000), 25ss, 87ss.

⁴⁹ Veja-se Henri Poincaré, *La science et l’hypothèse* (Paris: Flammarion, 1902).

da sensibilidade. Uma tal concepção era absolutamente inaceitável perante os novos desenvolvimentos da física teórica e, em particular, da astrofísica. Neste último campo, essa ideia de espaço e de tempo parecia ser completamente grotesca. Considerando o sistema planetário solar, por exemplo, como é que, aí, existirá um sujeito de conhecimento com formas *a priori* de sensibilidade (espaço e tempo)? A solução, mais uma vez no caso de Russell, passava por adotar a concepção de Leibniz (que Kant tinha criticado) de que o espaço é essencialmente um conjunto de relações que podem ser tomadas *a priori* – relações essas que existirão, de algum modo, fora do próprio sujeito de conhecimento. As contradições entre os dois tipos de geometria só existem quando o espaço é considerado empiricamente (geometria métrica), quer dizer, quando aparece a noção de grandeza. É perfeitamente viável, portanto, adotar os axiomas comuns a ambos os tipos de geometria (através da chamada “geometria projetiva”), como Russell faz ecleticamente em *Um ensaio sobre as fundações da geometria*. Nesta perspectiva, que deixou de ser atual ou pertinente na sequência do aparecimento da teoria da relatividade (a especial, em 1905, e a geral, em 1915), não existirá nenhuma incompatibilidade entre elas.

Uma terceira vertente do retorno a Kant tem a ver justamente com a concepção kantiana do discurso filosófico, e, particularmente, com a identificação deste com o plano teórico de uma “experiência possível” onde se dará, com certos limites, a sua própria justificação e a do conhecimento científico em geral. É sobretudo no âmbito da filosofia das ciências que se realiza este retorno à *Crítica da razão pura*, e aí, para além da conexão neokantiana já referida, importa assinalar, mais uma vez, os trabalhos de Popper na sua época vienense⁵⁰, onde o impacto de Kant é indiscutível⁵¹. E já aludimos anteriormente, de passagem, a outras retomas desse conceito kantiano no âmbito do pensamento analítico propriamente dito, como é o caso da “metafísica descritiva” de Strawson a partir dos anos sessenta. Como Strawson dirá a respeito da “experiência possível” de Kant:

“The question is: how does the concept-user come to form beliefs about the reality? (...) The connection [between concepts and reality] is (...) that the concepts of the real can mean nothing to the user of them except in so far as they relate, directly or indirectly, to possible experience of the real. It is

⁵⁰ Veja-se nota 41.

⁵¹ Veja-se Henrique J. Ribeiro, “K. Popper: A epistemologia como ‘terra de ninguém’ ou da tarefa de re-construção da ciência (a resolução epistemológica do trilema de Fries)”, *Revista Portuguesa de Filosofia* XLII, 1-2 (1986): 87-118; e Henrique J. Ribeiro, “K. Popper: A epistemologia como ‘terra de ninguém’ ou da tarefa de re-construção da ciência (a resolução experimental do trilema de Fries)”, *Revista Portuguesa de Filosofia* XLIII, 1-2 (1987): 71-108.

not just that without experience of the real we should not be able to form true beliefs about it; it is that the very concepts in terms of which we form our primitive or fundamental or least theoretical beliefs get their sense for us precisely as concepts which we should judge to apply in possible experience situations. (...) what I am putting thus crudely and roughly is the central tenet of *empiricism*. It is the truth on which Kant insisted decisively, and on which all empiricists before and since have also insisted⁵².

A associação da “experiência possível” de Kant e, em particular, do seu conceito de “uso regulativo dos princípios do entendimento”, com a filosofia da ciência (é uma tal associação que está na origem das “Analogias da experiência” na *Crítica da razão pura*, analogias essas onde a mecânica de Newton é filosoficamente reconstruída e configurada), foi fundamental para essa filosofia no século XX em particular, como mostram os trabalhos de Nagel, particularmente o livro *A estrutura da ciência*⁵³.

Finalmente, uma quarta vertente da influência de Kant diz respeito às origens históricas e filosóficas do holismo analítico contemporâneo em matéria de teoria da significação. A relação com Kant, como já referi anteriormente, foi sugerida explicitamente por J. Hintikka a propósito de L. Wittgenstein no trabalho “O kantianismo semântico de Wittgenstein”⁵⁴. O ponto essencial da relação consiste na ideia de que, embora a “revolução copernicana” de Kant não tenha tido significação semântica para esse filósofo, é possível interpretá-la nesses termos, e será na perspectiva de uma tal interpretação, no fundo, que devemos compreender a “viragem semântica” inaugurada pelo *Tractatus Logico-Philosophicus*:

It is important to see what this ‘semantical turn’ means. The Kantian doctrine of the unknowability of things in themselves becomes the thesis that the world (things in themselves) cannot be expressed (thought, conceived of) apart from language. The Kantian limits of knowledge marked by the notion of *Ding an sich* become the limits of expressibility in language due to the impossibility of saying in language what cannot be expressed in it. A turn analogous to the change I recommended above for Kantians (but which Kant did not himself take) from things in themselves to our means of knowing them now corresponds on the semantical side to a switch of attention from the ineffability of reality apart from language, to the ineffability of the very relations which connect language with reality. The result of this semantical turn will be called here ‘semantical Kantianism’⁵⁵.

⁵² Strawson, *Analysis*, 52 (ênfase minha).

⁵³ Veja-se Ernest Nagel, *The Structure of Science: Problems in the Logic of Scientific Explanation* (New York: Harcourt, 1961).

⁵⁴ Jaakko Hintikka, “Wittgenstein’s Semantical Kantianism”, in: *The Philosophy of Wittgenstein (A Fifteen Volume Collection)*, ed. J. V. Canfield (New York/London: Garland Publishing Co., 1986), 15-30.

⁵⁵ Hintikka, “Wittgenstein’s”, 19.

Mais uma vez: a relação entre Kant e Wittgenstein, deste ponto de vista, tinha já sido antecipada, antes de Hintikka, por alguma historiografia sobre o *Tractatus*, como é o caso, da de D. Pears.⁵⁶ E esteve na origem, indiretamente pelo menos, do aparecimento de alguns estudos sobre a influência de certas filosofias da ciência que se reclamam “kantianas”, como a de H. Hertz, no *Tractatus*.⁵⁷ Mas a teoria de Hintikka, quando interpretada rigorosamente, significa de facto atribuir ao filósofo de Königsberg a origem remota do conceito (não obviamente do termo/vocábulo) contemporâneo de holismo,⁵⁸ com a reserva fundamental, como se disse, de que esse conceito não tinha uma significação semântica em Kant⁵⁹. Por outras palavras: significa, provocadoramente, dizer que em Kant, e na *Crítica da razão pura* em especial, se antecipa, de certo modo, a problemática da “relatividade ontológica”, que é suposto ter sido lançada apenas por Quine, no final dos anos sessenta do século passado, no artigo “Relatividade Ontológica”.

É claro que todas estas vertentes estão estreitamente relacionadas entre si; mas a última é fundamental e resume, de certo modo, todas as outras. A aperceção, por parte da filosofia analítica e da respetiva historiografia, de que a problemática do holismo e suas consequências não foi inaugurada originalmente por Quine (no artigo de 1968, “Relatividade ontológica”), mas remonta, finalmente, a Kant e à *Crítica da razão pura* (à sua distinção entre “fenómeno” e “númeno”) passando por Duhem e outros no início do século XX, como diversos autores mostraram, é absolutamente central. Mas, como

⁵⁶ Veja-se David Pears, *Wittgenstein* (London: Fontana, 1985), 25ss (livro publicado originalmente em 1971); e David Pears, *La pensée-Wittgenstein: Du ‘Tractatus’ aux ‘Recherches Philosophiques’*, trad. Christiane Chauviré (Paris: Aubier, 1993), 19ss, 23ss.

⁵⁷ Veja-se Allan Janik & Stephen Toulmin, *La Vienna de Wittgenstein*, trad. I. G. de Liaño (Madrid: Taurus, 1983), 151ss; Richard McDonogh, “Wittgenstein’s Clarification of Hertzian Mechanistic Cognitive Science”, *History of Philosophy Quarterly* 2 (1994), 219-242.

⁵⁸ O termo/vocábulo só se tornou corrente na segunda metade do século XX. Russell, cuja vasta obra vai até aos anos cinquenta do século passado, só a utilizou uma vez, episodicamente, nos anos quarenta. O mesmo ocorre aparentemente nos livros e outros textos de Quine. A primeira vez que este o utiliza, aparentemente, é no “Foreword, 1980” ao livro *From a Logical Point of View*, a propósito do artigo “Two Dogmas of Empiricism”. Aí se observa: “The holism in ‘Two Dogmas’ has put many readers off, but I think its fault is one of emphasis. All we really need in the way of holism, for the purpose to which it is us put in that essay (...)”. Veja-se a última revisão da edição desse livro: Willard van O. Quine, *From a Logical Point of View: Nine Logico-Philosophical Essays*, second edition revised (twelfth printing) (Cambridge-Massachusetts: Harvard University Press, 1999), VII-IX.

⁵⁹ Veja-se Henrique J. Ribeiro, “O fim da filosofia da ciência na história da filosofia analítica”, *Revista Portuguesa de Filosofia* LIV, 3-4 (1998), 395-428; Ribeiro, “The Present Relevance”, 427-458; e Ribeiro, *Para compreender*.

já se sugeriu, a questão do holismo é a questão do estatuto fundacional da filosofia a respeito da ciência e da relevância, epistemológica e ontológica, do tema fundamental dessa *Crítica*: “O que é que eu posso conhecer?” Um dado filósofo é kantiano (independentemente da sua rejeição mais ou menos declarada de Kant) e em última análise holista, porque procura por uma via qualquer responder a esta última questão (é o caso, por exemplo, de Wittgenstein no *Tractatus*)⁶⁰. Na verdade, e em rigor, não se é apenas “kantiano”; também se é “cartesiano” num sentido essencial: aquele em que, como acontece em *Os princípios da filosofia*, se retoma a concepção de que a filosofia (ou a metafísica) é o tronco de uma árvore de que os respetivos ramos serão justamente as diversas ciências (concepção essa que, no plano institucional ou das universidades ocidentais, perdurou praticamente até ao primeiro quartel do século XX)⁶¹. Por tudo isto, e em consequência, a rejeição final de Kant e de Descartes, em certos autores como Quine, Rorty e Feyerabend, vai conduzir à rejeição da própria filosofia como investigação sistemática, no sentido tradicional dos conceitos. Vai conduzir, como se verá mais à frente, ao fim da modernidade e ao surgimento, em filosofia, da “pós-modernidade” propriamente dita, como se alegará nos anos setenta do século XX depois de Jean-François Lyotard⁶².

4. Kant, Quine, Kripke e os pressupostos filosóficos mais recentes da historiografia analítica

Já se observou que a eleição pela historiografia analítica contemporânea do problema kantiano da distinção entre o analítico e o sintético, e da possibilidade do sintético a *priori*, pode ser considerada como uma aplicação à história da filosofia, e da filosofia analítica em particular, das teses de Quine em “Os dois dogmas do empirismo” a respeito do positivismo lógico, e sobretudo de Carnap. É uma tal eleição que explica o livro monumental de Coffa. Foi Quine, de facto, que sugeriu pela primeira vez desse ponto de vista a relação entre Carnap e Kant logo no início do artigo. E é a Kant, na verda-

⁶⁰ Veja-se, na sequência de Hintikka, David McCarthy, “The Philosophy of Logical Wholism”, in: *Wittgenstein in Florida. Proceedings of the Colloquium on the Philosophy of Ludwig Wittgenstein* (Dordrecht/Boston/London: Kluwer Academic Publishers, 1991), 51-125.

⁶¹ René Descartes, *Les principes de la philosophie* (Paris: Vrin, 1993). Livro publicado originalmente, em latim, em 1644.

⁶² Veja-se Jean-François Lyotard, *La condition postmoderne: Rapport sur le savoir* (Paris: Editions de Minuit, 1979); e Jean-François Lyotard, *The Postmodern Explained: Correspondence 1982-1985* (Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992).

de, que Quine vai atribuir a noção fundamental de analiticidade a criticar ao longo do seu trabalho:

(...) Kant's intent, evident more from the use he makes of the notion of analyticity than from his definition of it, can be restated thus [para os objetivos de Quine nesse trabalho] : a statement is analytic when it is true by virtue of meanings and independently of fact⁶³.

Importa notar que Quine não fez a genealogia desta noção expressa e exclusivamente a propósito de Kant, uma vez que, para ele, ela tem uma história muito mais vasta e complexa, que remonta a Aristóteles e, depois deste filósofo, continua por exemplo no chamado “empirismo britânico” de Locke, Berkeley e Hume, em Frege e na teoria das descrições de Russell⁶⁴. E, por outro lado, é sabido que Quine, como acima se sugeriu, nunca mostrou ao longo dos seus trabalhos um interesse excessivo pela história do movimento analítico, nem, muito menos, pela história da filosofia em geral, sendo as suas observações na matéria muito genéricas, quando não, por vezes, mesmo crípticas⁶⁵. Entretanto, a verdade é que desde os meados dos anos trinta⁶⁶ ele tinha insistido sobre a conexão entre Kant, Carnap e o positivismo lógico de maneira geral, e em meados dos anos cinquenta tinha dado a essa conexão um relevo muito especial logo no começo de um dos seus trabalhos sobre Carnap:

Kant's question 'How are synthetic judgments a priori possible?' precipitated the *Critique of Pure Reason*. Question and answer notwithstanding, Mill and others persisted in doubting that such judgments were possible at all. At length some of Kant's own clearest purported instances, drawn from arithmetic, were sweepingly disqualified by Frege's reduction of arithmetic to logic. Attention was thus forced upon the less tendentious and indeed logically priori question, 'How is logical certainty possible?' It was largely this latter question that precipitated the form of empiricism which we associate with between-war Vienna – a movement which began with Wittgenstein's *Tractatus* and reached its maturity in the work of Carnap⁶⁷.

⁶³ Quine, “Two Dogmas”, 21.

⁶⁴ Quine, “Two Dogmas”, 38ss.

⁶⁵ Veja-se Henrique J. Ribeiro, “Proposições de Russell, proposições russellianas e outras pro-posições. Elementos para uma discussão de G. Hurtado”, *Revista Filosófica de Coimbra* 15 (1999), 145-166; e Ribeiro, *Para compreender*, cap. 2.

⁶⁶ Veja-se Willard van O. Quine, “Truth by Convention”, in: *The Ways of Paradox and Other Essays* (Cambridge-Massachusetts/London: Harvard University Press, 1994), 77-106 (artigo publicado pela primeira vez em 1936).

⁶⁷ Quine, “Carnap”, 107.

Uma vez dito isto, o essencial das teses de Quine no artigo referido pode ser resumido dizendo que, para ele, a teoria da significação não pode ser desenvolvida de forma consistente segundo a distinção entre o analítico e o sintético, quer dizer, entre dois tipos idealizados de componentes, um pertencendo ao quadro de interpretação linguístico da teoria, e, o outro, ao próprio mundo. Na verdade, embora Quine não o diga nestes termos, se interpretarmos linguisticamente os conceitos puros do entendimento, de Kant (como começaram por fazer D. Pears e J. Hintikka), a distinção entre esses componentes era já um dos pressupostos fundamentais de Kant e da sua famosa “revolução copernicana”. Ora, é precisamente a suposição de que uma tal distinção pode ser analisada sistematicamente pela teoria da significação que conduz aos dois dogmas em questão. No primeiro caso, quer a tentativa de caracterizar a analiticidade mediante uma teoria da definição baseada na sinonimia cognitiva, como acontece em certos trabalhos de Carnap do princípio dos anos trinta e acontecia já aliás no próprio Kant,⁶⁸ quer a tentativa de o fazer, mais modernamente, mediante as regras semânticas que aplicarão ao mundo os sistemas axiomático-dedutivos da ciência empírica (sistemas esses interpretados em termos convencionalistas), como ocorreu na obra de Carnap posteriormente, são sempre relativas às condições impostas à partida pela própria teoria da definição em uso nesses sistemas, e não a uma significação de analiticidade mais ou menos ideal e independente deles, que lhes competiria capturar; o que significa que a definição de analiticidade num sistema pode ser perfeitamente contraditória com a de um outro⁶⁹. (Na verdade, como dirá Friedman, a respeito dos sistemas a que aludimos no positivismo lógico, não há apenas um sistema para uma dada teoria da física [da mecânica quântica, por exemplo], mas é perfeitamente possível variar [ou mudar] de um dado sistema para outro qualquer sem que isso afete a explicação e interpretação em causa de qualquer precariedade. Continuamos a ser kantianos: é como se, em vez das categorias ou conceitos *a priori* do entendimento propostas na *Crítica da razão pura*, nos limitássemos a mudar de categorias mantendo tudo o resto). Mas, uma vez aceite que a sinonimia ou seus substitutos semânticos não dão conta da definição de analiticidade no que respeita às formas linguísticas em geral, fica aberto o caminho para o segundo dogma, o verificacionismo reducionista, ou para a ideia de que existirá um tipo de enunciados, sintético, suscetível de confirmação completa ou total através dos dados dos sentidos, em contraste com o tipo de enunciados analíticos, que são apenas, como diz Quine, “vacuamente confirmados”⁷⁰. No artigo de Quine (quinze anos antes do não menos famoso artigo “Relatividade onto-

⁶⁸ Coffa, *The Semantic*, 13ss.

⁶⁹ Quine, “Two Dogmas”, 34-36.

⁷⁰ Quine, “Two Dogmas”, 41.

lógica”), a alternativa aos dois dogmas, contra Carnap e o positivismo lógico, e, mais geralmente, contra Kant, é uma nova concepção da filosofia e da sua relação com a ciência, que abandona os pressupostos fundacionalistas tradicionais e, designadamente, a ideia de uma separação ou divórcio entre ambas ou entre os domínios do nosso conhecimento natural de maneira geral (rejeitando ao mesmo tempo todas as nefastas implicações ontológicas e epistemológicas dessa ideia), e retoma genuinamente o velho pressuposto empirista de que a ciência é, no fundo, uma continuação do “senso comum”⁷¹. É uma tal concepção que o filósofo norte-americano, depois da apresentação do seu argumento a propósito da relatividade ontológica, virá a desenvolver, não sem alguma inconsistência, em “Epistemologia naturalizada”. (Uma tal epistemologia, como mostrei noutro lado, parece não ser coerente com as conclusões do referido argumento)⁷².

Sem este posicionamento, da parte de Quine, do problema de Kant no novo contexto da filosofia analítica dos anos cinquenta do século passado, dificilmente o impacto desse filósofo, hoje em dia, teria a profundidade e alcance que são conhecidas. Mas, por outro lado, a historiografia analítica mais recente⁷³ apercebeu-se progressivamente de que certas premissas da própria crítica anti-positivista de Quine e de outros, como a distinção entre “esquema concetual” e “conteúdo”, em vez de aparecerem simplesmente em oposição ao “verificacionismo” e “reducionismo” dos positivistas lógicos, como Quine e C.ia tinham pretendido, eram já, sob outra forma, premissas dos próprios positivistas, quer dizer, repunham em novos termos a distinção kantiana entre “sujeito” e “objeto”. Só há “objeto” (ou “conteúdo”) à luz da concepção holista de que ele tem de ser subsumido por este ou por aquele enquadramento (ou “esquema concetual”), aí incluindo, como se disse anteriormente, os sistemas axiomático-dedutivos convencionalistas do positivismo. É o que Rorty virá a concluir em *A filosofia e o espelho da natureza* e outros

⁷¹ Quine, “Two Dogmas”, 45.

⁷² Veja-se Henrique J. Ribeiro, *Retórica, argumentação e filosofia: Estudos sistemáticos e histórico-filosóficos* (Coimbra: MinervaCoimbra, 2016), 142-143. O problema está em que da teoria de Quine a propósito da relatividade ontológica se segue, em princípio pelo menos, a precariedade (quando não mesmo o fim) de toda a ontologia de maneira geral, aí incluindo a própria “epistemologia naturalizada” desse filósofo (capítulo 4 de *Ontological Relativity and other Essays*). Como os trabalhos posteriores de Quine evidenciam, particularmente *From Stimulus to Science* (Cambridge-Massachusetts/London: Harvard University Press, 1995), uma tal epistemologia conduz a uma *ontologia* interpretada, para todos os efeitos, em termos fiscalistas ou naturalistas.

⁷³ Veja-se Rudolf Haller, “New Light on the Vienna Circle”, *Monist* 65 (1982), 27-37; Rudolf Haller, *Studien zur Österreichischen Philosophie* (Amsterdam: Rodopi, 1979). Richardson, *Carnap's Construction*; Friedman, *Reconsidering*, 89ss; Friedman, *A Parting*, 63ss.

textos a propósito de Quine e da filosofia analítica de maneira geral. Quine ele mesmo, portanto, com uma tal distinção, será finalmente “kantiano”⁷⁴. É esta reorientação da historiografia analítica em que o problema da distinção entre o analítico e o sintético aparece no contexto mais vasto da conceção kantiana sobre a relação entre ciência e filosofia, e do seu holismo a respeito da noção de objetividade científica, que está na origem hoje em dia, em última análise, daquilo a que podemos chamar “rejeição *versus* aceitação de Kant”. Em suma: uma rejeição de Kant não inteiramente consciente de si e dos seus pressupostos fundamentais, filosoficamente falando, constituiu a razão básica da decadência do movimento analítico no passado (em especial, do positivismo lógico vienense) e, finalmente, de um retorno involuntário às posições de Kant; por isso, trata-se agora para a historiografia analítica contemporânea de fazer a história desta rejeição inconsequente de Kant e, em particular, de explicitar e reequacionar completamente esses pressupostos.

4.1 Reformulações kantianas do problema de Kant

Desde que mantenhamos a distinção entre sujeito e objeto, ou entre “esquema concetual” e “conteúdo”, continuamos ainda, basicamente, a manter um enquadramento kantiano para, por sua vez, a distinção entre o analítico e o sintético e a possibilidade do sintético *a priori*. Estes últimos conceitos são particularmente discutíveis, como mostra alguma historiografia especializada sobre Kant e a crítica da *Crítica da razão pura* em especial⁷⁵. Mas os mesmos foram questionados numa perspetiva filosófica e de uma forma aparentemente decisiva, por Kripke, em *O nomear e a necessidade*⁷⁶. Contra Kant, pode o *a posteriori* ser necessário, como reclama esse filósofo tendo em vista, designadamente, as leis das ciências físico-naturais? É preciso dizer que, já em Kant, nem todo o *a priori* é sintético e que o *a posteriori*, por sua vez, pode ser necessário. É o caso dessas leis, particularmente das leis da mecânica de Newton, que na *Crítica da razão pura*, como se disse mais acima, se justificam nas “analogias da experiência”⁷⁷. Aquilo que é *a priori* não é necessariamente analítico nem, por outro lado, *necessariamente dado antes e independentemente da experiência*, caso em que o conceito de sintético *a priori* não faria qualquer sentido; é, em vez disso, “condição de

⁷⁴ Veja-se Henrique J. Ribeiro, *Argumentação, pensamento crítico e filosofia (e outros ensaios)*, (Lisboa: Edições Esgotadas, 2019), 9-12, 95-120.

⁷⁵ Veja-se Roger Verneaux, *Critique de la critique de la raison pure* (Paris: Presses Universitaires de l’IPC, 2014).

⁷⁶ Veja-se Saul Kripke, *Naming and Necessity* (Cambridge-Massachusetts: Harvard University Press, 1980).

⁷⁷ Kant, *Crítica*, 208ss.

possibilidade da experiência” – condição essa que pertence à “razão pura”, isto é, ao plano discursivo e regulativo de justificação ou fundação de toda a experiência possível, mas que não ignora, obviamente, a existência da mesma, como nessas “analogias” se mostra. É essa, fundamentalmente, a conceção de *a priori*, não, mais uma vez, o facto suposto de este ser dado antes e independentemente da experiência. “Condição de possibilidade” e “*a priori*” não são, pois, a mesma coisa. Um determinado conceito pode ser *a priori* e não ser condição de possibilidade em termos transcendentais. O *a posteriori* é sempre, por definição, a situação ou condição de algo exterior ao sujeito de conhecimento (ou ao sujeito da razão pura) e *que esse sujeito tem de, de alguma forma, justificar*, como é o caso das leis acima referidas. Mas repare-se que ser “exterior ao sujeito” e ser “condição de possibilidade” não implicam, em Kant, e como Cassirer foi o primeiro a mostrar contra as interpretações psicologistas do filósofo de Königsberg⁷⁸, ser exterior à “mente” ou ao sujeito de conhecimento empiricamente considerado (a este ou àquele indivíduo de maneira geral). O plano em que estamos colocados é o da “razão pura”, como acima se enfatizou. Todo o *a posteriori* é sintético, mas, evidentemente e por definição, não é *a priori*. Porque é que em Kant não haveria de poder ser, teoricamente pelo menos, necessário, como pretende, contra Kant, o autor do livro citado? Se o problema levantado por Kripke não é puramente linguístico ou semântico, não há qualquer contradição entre os conceitos assim associados. Encontramo-nos perante as mesmas aparentes “incoerências” e “perplexidades” com que Kant se confrontou a propósito do seu conceito de sintético *a priori* e para as quais ele foi o primeiro (na “Introdução” à segunda edição da *Crítica da razão pura*) a chamar a nossa atenção⁷⁹. Em conclusão e depois de tudo aquilo que foi dito, é óbvio que falar de “*a posteriori* necessário” significa continuar a manter a problemática de Kant e o respetivo vocabulário filosófico; significa continuar a abraçar a distinção entre sujeito e objeto ou entre “esquema concetual” e “conteúdo”, como aconteceu com Quine em “Dois dogmas do empirismo” e em “Relatividade ontológica”, sem que ele se tenha completamente apercebido do facto. Quer dizer, pois, persistir no kantismo e nas suas perniciosas consequências.

4.2 Kant e o fim da filosofia analítica

Já enfatizei, anteriormente, que a rejeição de Kant e do kantismo, conduziu, finalmente, a uma rejeição da própria filosofia como investigação sistemática, no sentido tradicional dos conceitos. Não se trata apenas de Kant mas também, se não fundamentalmente, de Descartes e da sua “árvore do

⁷⁸ Veja-se nota 48.

⁷⁹ Kant, *Crítica*, 36ss.

conhecimento” em *Os princípios da filosofia*. Agora, considerando que o que finalmente se rejeita, como aconteceu com Rorty e com outros, é a dissociação ou divórcio entre o sujeito (seja como for que ele é concebido ou, como aconteceu com o positivismo lógico e a filosofia analítica de maneira geral, “travestido”) e o mundo, ou se se preferir – tendo em vista Quine e o seu argumento a propósito da relatividade ontológica –, entre a linguagem (“esquemas concetuais”) e o mundo (o “conteúdo” ou a ontologia dos referidos esquemas), e que uma tal dissociação ou divórcio remonta a Platão (mundo das Ideias, por um lado, e mundo sensível, por outro) e aos inícios da tradição filosófica ocidental, é esta última que é globalmente rejeitada. Com ela, em alguns autores, como Feyerabend, o que se despede é a própria concepção de razão ou de racionalidade que norteou até aos nossos dias a evolução da referida tradição⁸⁰. Uma vez que uma tal razão está ou esteve, desde o princípio ou desde a época grega antiga (e ao longo da sua história ou das concepções que dela fazemos), incorporada ou embebida em termos sociais, culturais e políticos, esse despedimento diz respeito ao fim da própria civilização ocidental, no seu conjunto, tal como ela foi tradicionalmente concebida, e ao começo de outra qualquer, que nós não sabemos muito bem ainda o que é ou o que é que será⁸¹. Trata-se do que Lyotard e outros chamaram “pós-modernidade”, a que eu tenho vindo a aludir desde o princípio deste artigo. É para o fim de uma tal civilização, do ponto de vista concetual, que aponta precocemente, logo nos anos quarenta e depois da Segunda Grande Guerra, o racionalismo crítico de Popper em *A sociedade aberta e os seus inimigos*⁸². Portanto, não foi só a filosofia analítica que aparentemente chegou ao seu fim, mas a filosofia ela mesma (metafísica e ontologicamente falando) de maneira geral. Numa perspetiva como a de Lyotard, ou a de Rorty, toda e qualquer metanarrativa não é permissível ou aceitável, aí incluindo a própria concepção a esse respeito (e que não pode deixar de ser uma metanarrativa). Noutros lugares, particularmente em *Retórica, argumentação e filosofia*, defendi que só a teoria da retórica e da argumentação se encontra a salvo desta objeção verdadeiramente fundamental⁸³. Mas não é possível desenvolver este tema no presente artigo.

⁸⁰ Veja-se Paul Feyerabend, *Farewell to Reason* (London: Verso/Newleft Books, 1987).

⁸¹ Veja-se Stephen Toulmin, *Return to Reason* (New York: Harvard University Press, 2009).

⁸² Veja-se Karl Popper, *The Open Society and Its Enemies. Vol. I: The Spell of Plato* (London: George Routledge & Sons, Ltd.), 1.

⁸³ Veja-se Ribeiro, *Retórica*, 11ss, 127ss.

5. Conclusão: um problema meta-histórico e metafilosófico

Uma particularidade óbvia do problema da influência de Kant na filosofia analítica contemporânea, na historiografia a respeito desse problema, é o seu carácter manifestamente meta-histórico e metafilosófico. A filosofia de Kant é lida de acordo com as premissas e pressupostos de certos contextos recentes do desenvolvimento da própria filosofia analítica, quer dizer, é reconstruída à luz dessas premissas e pressupostos, porque, como nos é sugerido, não haverá, de maneira geral, outra forma de a podermos ler hoje em dia. (Nós vamos sempre, em qualquer narrativa, do presente, quer dizer, dos nossos contextos atuais de interpretação, para o passado, ou para os contextos sob interpretação passados.) Foi justamente esta conclusão fundamental que certos teorizadores da historiografia filosófica no âmbito analítico, como Rorty, concetualizaram através das expressões “reconstrução histórica” e “reconstrução racional”⁸⁴. Como se viu ao longo deste artigo, uma das implicações essenciais de tal postura metodológica a respeito de Kant, consiste em procurar equivalências na problemática analítica hodierna da problemática do próprio Kant, sejam elas a distinção entre o analítico e o sintético, e a questão do sintético *a priori*, ou a relação entre filosofia e ciência. Foi o que fizeram Coffa e Rorty. Outra, a que também já se aludiu e que esses autores exemplificaram, é que um filósofo analítico pode ser “kantiano” sem o saber, ou sem ter necessariamente consciência disso, mesmo quando, por exemplo, ele é “oficialmente” um adversário de Kant, como aconteceu com o positivismo lógico de maneira geral. (Deste ponto de vista, extraordinariamente importante para a compreensão da historiografia filosófica hoje em dia, um filósofo [aí incluindo os maiores ou mais relevantes] não é seguramente o melhor intérprete da sua própria filosofia, bem pelo contrário; e essa historiografia passa a desempenhar um papel absolutamente essencial em termos filosóficos.) Em ambos os casos, o que parece (ou o que pareceu) estar essencialmente em questão para a reconstrução historiográfica, em primeira instância e em conformidade com as tendências na matéria desde os anos setenta do século passado, é/era a legitimidade de um conceito mais ou menos ideal de prática analítica que se pretende ou pretendia instituir, normativamente, como prática corrente⁸⁵. Neste sentido, o pressuposto meta-histórico e metafilosófico de que as soluções de Kant terão sido “confusas”, “inadequadas” ou “inconsistentes”, visa, no fundo, retomá-las e criticá-las fora de contexto no laboratório da reflexão analítica supostamente criado

⁸⁴ Veja-se Richard Rorty, “The Historiography of Philosophy: Four Genres”, in: *Philosophy in History*, ed. R. Rorty et al. (Cambridge: Cambridge University Press, 1984), 51ss.

⁸⁵ Veja-se Dummett, *Frege*; Dummett, *Les origines*; cf. Rorty, *A filosofia*.

pela reconstrução historiográfica ela mesma⁸⁶. Em contraste com a historiografia e, de maneira geral, com a própria filosofia analítica tradicional, é no quadro dessa reconstrução, seja ela qual for, que o desenvolvimento da teoria da significação passa a ter lugar por excelência.

Seria necessário discutir atentamente quer a teoria da reconstrução historiográfica quer as aplicações da mesma (o que eu próprio fiz em vários trabalhos nos últimos anos)⁸⁷, quer, obviamente, o pressuposto que acabamos de mencionar; mas, por razões compreensíveis, estes (entre outros) objetivos não puderam estar aqui ao nosso alcance. Em todo o caso, importa observar que a reconstrução historiográfica, pela sua própria natureza, nem sempre representa fielmente a trama histórico-filosófica com todos seus matices, contornos e complexidades; e, deste ponto de vista, que a eleição da problemática kantiana na *Crítica da razão pura* (em si mesma ou travestida numa qualquer versão mais moderna) como fio condutor da história do movimento analítico, parece constituir, por vezes, uma interpretação limitada e parcial do curso real dessa história, quando não mesmo uma violentação clara do mesmo⁸⁸. (Note-se que não se trata de todo o Kant; que se ignora, por exemplo, o Kant da *Crítica da razão prática*, de *A religião nos limites da simples razão* e da *Metafísica dos costumes*.) E, depois, que um tal desenvolvimento não teve seguramente a natureza teleológica e circular, de embebência quase hegeliana, que essa reconstrução lhe atribui, fazendo de Kant simultaneamente o ponto de partida e de retorno, a superar, da evolução desse movimento. Em contraste com este espírito de epopeia (uma epopeia como aquela que é narrada por Rorty em *A filosofia e o espelho da natureza* ou por Heidegger em vários livros e outros textos), a historiografia analítica, como qualquer outra historiografia filosófica, não pode deixar de assumir a condição errante da própria filosofia da maneira geral. É o que parece acontecer com as últimas revisões da história da filosofia analítica por parte de historiografias autorizadas, contra as historiografias “ortodoxas” e “conservadoras” tradicionais da mesma. Nessas historiografias passaram a ter lugar, entre outros filósofos desviantes, Popper e Rorty, por exemplo⁸⁹.

⁸⁶ Veja-se Henrique J. Ribeiro, *Bertrand Russell e a filosofia analítica no século XX* (Coimbra: Pé de Página Editores, 2007), cap. 1. Para uma revalorização da filosofia da ciência de Kant perante as críticas feitas à luz de pensadores como Quine ou como Kuhn, veja-se Michael Friedman, *Dynamics of Reason (Kant Lecture Series)*, (Stanford [USA]: Stanford Centre for the Study of Language & Information, 2001).

⁸⁷ Veja-se Henrique J. Ribeiro, “Ecletismo e historiografia de filosofia – Uma abordagem retórica”, *Revista Filosófica de Coimbra* 56 (2019), 393-410; e Henrique J. Ribeiro, “A filosofia da história e da historiografia de Richard Rorty: Questões hermenêuticas”, *Revista de História das Ideias* 34 (2016), 33-55.

⁸⁸ Veja-se Ribeiro, *Para compreender*, cap. 3

⁸⁹ Veja-se Martinich & Sosa (eds.), *A Companion*, 110ss (sobre Popper) e 428ss (sobre Rorty).

Bibliografia

- Ayer, Alfred. J. *The Concept of a Person and other Essays*. London/New York: MacMillan/St. Martin Press, 1969.
- Black, Max. “Russell’s Philosophy of Language”, in: *The Philosophy of Bertrand Russell*, ed. P. A. Schilpp (La Salle-Illinois: Open Court, 1989), 229-255. Artigo publicado pela primeira vez em 1944.
- _____. “Language and Reality”, in: *Clarity is not Enough: Essays on Criticism of Linguistic Philosophy*, ed. H. D. Lewis (London: George Allen and Unwin, 1963).
- Carnap, Rudolf. *The Logical Structure of the World: Pseudo-Problems in Philosophy*, trad. R. A. George. London: Routledge and Kegan Paul, 1967.
- Cassirer, Ernst. “Kant und die moderne Mathematik”, *Kant-Studien* 12 (1907), 1–40.
- Coffa, Alberto. “Le positivisme logique, la tradition sémantique et l’a priori”, in: *Le Cercle de Vienne: doctrines et controverses*, ed. J. Sebestik & A. Soulez (Paris: Klincksieck, 1986).
- _____. *The Semantic Tradition from Kant to Carnap: To the Vienna Station*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- Dainton, Barry, & Robinson, Howard (eds.), *The Bloomsbury Companion to Analytic Philosophy*. London/New York: Bloomsbury Academic, 2014.
- Desanti, Jean T. *La philosophie silencieuse: ou critique des philosophies de la science*. Paris: Seuil, 1975.
- Descartes, René. *Les principes de la philosophie*. Paris: Vrin, 1993. Livro publicado originalmente, em latim, em 1644.
- Dummett, Michael. *Frege: Philosophy of Language*. London: Worcester, 1981.
- _____. *Les origines de la philosophie analytique*. Paris: Gallimard, 1991.
- Eames, Elisabeth R. *Bertrand Russell’s Dialogue with his Contemporaries*. Carbondale and Edwardsville: Southern Illinois University Press, 1989.
- Feyerabend, Paul. *Farewell to Reason*. London: Verso/Newleft Books, 1987.
- Frege, Gottlob. *Os fundamentos da aritmética*, tradução A. Zilhão. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992. Livro publicado pela primeira vez, em alemão, em 1893.
- Friedman, Michael, “Philosophy and the Exact Sciences. Logical Positivism as a Case Study”, in: *Inference, Explanation, and other Frustrations. Essays in the Philosophy of Science*, ed. J. Earman (Berkeley/Los Angeles/Oxford: University of California Press, 1992), 84-98.
- _____. “The History of Science and the History of Philosophy”, in: *World Changes: Thomas Kuhn and the Nature of Science*, ed. P. Horwich (Cambridge-Massachusetts/London: The Mit Press, 1993).
- _____. *M. Reconsidering Logical Positivism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- _____. *A Parting of the Ways: Carnap, Cassirer, and Heidegger*. Peru (Illinois): Open Court, 2000.
- _____. *Dynamics of Reason (Kant Lecture Series)*. Stanford (USA): Centre for the Study of Language & Information, 2001.
- Glock, Hans-Johann. *Strawson and Kant*. Oxford: Clarendon Press, 2003.

- _____. *What is Analytic Philosophy?* Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2008.
- Haller, Rudolf. *Studien zur Österreichischen Philosophie*. Amsterdam: Rodopi, 1979.
- _____. “New Light on the Vienna Circle”, *Monist* 65 (1982): 27-37.
- _____. *Questions on Wittgenstein*. London: Routledge, 1988.
- Hintikka, Jaakko. “Wittgenstein’s Semantical Kantianism”, in: *The Philosophy of Wittgenstein (A Fifteen Volume Collection)*, ed. J. V. Canfield (New York/London: Garland Publishing Co., 1986), 15-30.
- Hylton, Peter. “Logic in Russell’s Logicism”, in: *The Analytic Tradition: Meaning, Thought, and Knowledge*, ed. D. Bell & N. Cooper (Cambridge-Massachusetts: Basil Blackwell, 1990), 137-172.
- Janik, Allan, & Toulmin, Stephen. *La Vienna de Wittgenstein*, trad. I. G. de Liaño. Madrid: Taurus, 1983. Livro publicado pela primeira vez, em inglês, em 1973.
- Kant, Immanuel. *Crítica da razão pura*, trad. A. Morujão. Lisboa: Fundação C. Gulbenkian, 1985. Em alemão: 1ª edição, 1781; 2ª edição, 1787.
- Katz, Jerrold. *The Metaphysics of Meaning*. Cambridge-Massachusetts/London: The MIT Press, 1990.
- Kripke, Saul. *Naming and Necessity*. Cambridge-Massachusetts: Harvard University Press, 1980.
- Liotard, Jen-Francois. *La condition postmoderne: Rapport sur le savoir*. Paris: Editions de Minuit, 1979.
- _____. *The Postmodern Explained: Correspondence 1982-1985*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992.
- Martinich, A. P., & Sosa, David (eds.), *A Companion to Analytic Philosophy*. Oxford: Blackwell Publishers, 2001.
- McCarthy, David. “The Philosophy of Logical Wholism”, in: *Wittgenstein in Florida. Proceedings of the Colloquium on the Philosophy of Ludwig Wittgenstein* (Dordrecht/Boston/London: Kluwer Academic Publishers, 1991), 51-125.
- McDonough, Richard. “Wittgenstein’s Clarification of Hertzian Mechanistic Cognitive Science”, *History of Philosophy Quarterly* 11, 2 (1994), 219-242.
- Melo, Adélio. “As questões externas/internas segundo Carnap”, *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* 5-6 (1989), 1-38.
- Mulligan, Kevin. “Sur l’histoire de l’approche analytique de l’histoire de la philosophie (de Bolzano et Brentano à Bennett et Barnes), in: *Philosophie analytique et histoire de la philosophie*, ed. Jean-Michel Vienne (Paris: Vrin, 1997), 61-103.
- Nagel, Ernest. *The Structure of Science: Problems in the Logic of Scientific Explanation*. New York: Harcourt, 1961.
- Neurath, Otto. *Le développement du Cercle de Vienne et l’avenir de l’empirisme logique*, trad. G. Vouillemin. Paris: Hermann & Co., 1935.
- _____. *Empiricism and Sociology*. Dordrecht/Boston: Reidel Publishing Co., 1973.
- Pears, David. *Wittgenstein*. London: Fontana, 1985. Livro publicado pela primeira vez em 1971.

- _____. *La pensée-Wittgenstein. Du 'Tractatus' aux 'Recherches Philosophiques'*, trad. Christiane Chauviré, Paris: Aubier, 1993. Livro publicado pela primeira vez, em inglês, em 1987.
- Poincaré, Henri. *La science et l'hypothèse*. Paris: Flammarion, 1902.
- Popper, Karl. *Les deux problèmes fondamentaux de la théorie de la connaissance*. Paris: Hermann, 1999. Livro traduzido e publicado pela primeira vez, em inglês, em 1979.
- _____. *The Logic of Scientific Discovery*. London: Hutchinson, 1959. Livro publicado pela primeira vez, em alemão, em 1935.
- _____. *The Open Society and Its Enemies. Vol. I: The Spell of Plato*. London: George Routledge & Sons, Ltd., 1945.
- Proust, Joëlle. *Questions de forme: logique et proposition analytique de Kant à Carnap*. Paris: Fayard, 1986.
- Quine, Willard van O. "Le mythe de la signification", in: Jean Wahl et al., *La philosophie analytique* (Paris: Editions de Minuit, 1962), 139-169.
- _____. "Truth by Convention", in: *The Ways of Paradox and Other Essays* (Cambridge-Massachusetts/London: Harvard University Press, 1994), 77-106. Artigo publicado pela primeira vez em 1936.
- _____. "Two Dogmas of Empiricism: Empiricism Without Dogmas", in: *From a Logical Point of View: Nine Logico-Philosophical Essays* (Cambridge-Massachusetts: Harvard University Press, 1994), 20-46. Artigo publicado pela primeira vez em 1951.
- _____. "Carnap and Logical Truth", in: *The Ways of Paradox and Other Essays*, (Cambridge-Massachusetts/London: Harvard University Press, 1994), 107-132. Artigo publicado pela primeira vez em 1954.
- _____. "Foreword. 1980", in: *From a Logical Point of View: Nine Logico-Philosophical Essays*, second edition revised (twelfth printing), (Cambridge-Massachusetts: Harvard University Press, 1999), VII-IX.
- _____. *From Stimulus to Science*. Cambridge-Massachusetts/London: Harvard University Press, 1995.
- Renaut, Alain. *Kant aujourd'hui*. Paris: Aubier, 1997.
- Ribeiro, Henrique J. "K. Popper: A epistemologia como 'terra de ninguém' ou da tarefa de re-construção da ciência (a resolução epistemológica do trilema de Fries)", *Revista Portuguesa de Filosofia* XLII, 1-2 (1986), 87-118.
- _____. "K. Popper: A epistemologia como 'terra de ninguém' ou da tarefa de re-construção da ciência (a resolução experimental do trilema de Fries)", *Revista Portuguesa de Filosofia* XLIII, 1-2 (1987), 71-108.
- _____. "O fim da filosofia da ciência na história da filosofia analítica", *Revista Portuguesa de Filosofia* LIV, 3-4 (1998), 395-428;
- _____. "The Present Relevance of Bertrand Russell's Criticism of Logical Positivism", *Revista Portuguesa de Filosofia* LV, 4 (1999), 427-458.
- _____. "Proposições de Russell, proposições russellianas e outras pro-posições. Elementos para uma discussão de G. Hurtado", *Revista Filosófica de Coimbra* 15 (1999), 145-166.
- _____. *Para compreender a história da filosofia analítica*. Coimbra: Minerva-Coimbra, 2001.

- _____. “From Russell’s Logical Atomism to Carnap’s *Aufbau*: Reinterpreting the Classic and Modern Theories on the Subject”, in: *John von Neumann and the Foundations of Quantum Physics*, ed. Miklós Rédei and Michael Stöltzner (Dordrecht/Boston/London: Kluwer Academic Publishers, 2001), 305-318.
- _____. *Bertrand Russell e a filosofia analítica no século XX*. Coimbra: Pé de Página Editores, 2007.
- _____. “The Eclecticism as Programme: Philosophy and Science in Europe in the Second Half of the Nineteenth Century”, *Revista Filosófica de Coimbra* 43 (2013), 123-142.
- _____. “A filosofia da história e da historiografia de Richard Rorty: Questões hermenêuticas”, *Revista de História das Ideias* 34 (2016), 33-55.
- _____. *Retórica, argumentação e filosofia: Estudos sistemáticos e histórico-filosóficos*. Coimbra: MinervaCoimbra, 2016.
- _____. *Argumentação, pensamento crítico e filosofia (e outros ensaios)*. Lisboa: Edições Esgotadas, 2019.
- _____. “Ecletismo e historiografia de filosofia – Uma abordagem retórica”, *Revista Filosófica de Coimbra* 56 (2019), 393-410.
- Richardson, Alan. *Carnap’s Construction of the World*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- Rorty, Richard. *A filosofia e o espelho da natureza*, trad. Jorge Pires. Lisboa: Pub. Dom Quixote, 1988. Livro publicado pela primeira vez, em inglês, em 1979.
- _____. “The Historiography of Philosophy: Four Genres”, in: *Philosophy in History*, ed. R. Rorty et al. (Cambridge: Cambridge University Press, 1984), 49-75.
- _____. (ed.). *The Linguistic Turn: Recent Essays in Philosophical Method*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1975. Livro publicado pela primeira vez em 1967.
- Russell, Bertrand. *An Essay on the Foundations of Geometry*. Cambridge: Cambridge University Press, 1897.
- _____. *The Principles of Mathematics*. London: Routledge, 1992. Livro publicado pela primeira vez em 1903.
- _____. *The Analysis of Matter*. London: Routledge, 1992. Livro publicado pela primeira vez em 1927.
- _____. *Human Knowledge: Its Scope and Limits*. London: Allen and Unwin, 1966. Livro publicado pela primeira vez em 1948.
- _____. *My Philosophical Development*. London: George Allen and Unwin, 1959.
- Russell, Bertrand & Whitehead, Alfred. *Principia Mathematica*. Cambridge: Cambridge University Press, 1910-1913, vols. I, II e III.
- Strawson, Peter. *Individuals: An Essay in Descriptive Metaphysics*. London: Methuen, 1959. Livro publicado pela primeira vez em 1948.
- _____. *Analysis and Metaphysics: An Introduction to Philosophy*. Oxford: Oxford University Press, 1992.
- Toulmin, Stephen. *Return to Reason*. New York: Harvard University Press, 2009. Publicado pela primeira vez em 2001.
- Verneaux, Roger. *Critique de la critique da raison pure*. Paris: Presses Universitaires de l’IPC, 2014.

Wittgenstein, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus, with an Introduction by Bertrand Russell*. London: Kegan Paul, 1932. Livro publicado pela primeira vez, em inglês e em alemão, em 1921.